

# Oportunismo político de Cannes pode premiar o ecológico 'Kuarup'

LEON CAKOFF  
Especial para a Folha

Fernando Gabeira

O mundo dos ricos descobre a sua vocação para os anos 90. Ela é ecológica e será cheia de desdobramentos surpreendentes para os que até agora ditaram as modas no pós-modernismo. Feliz coincidência para o filme brasileiro "Kuarup" (versão de "Quarup", livro de Antonio Callado) do acadêmico Ruy Guerra, que poderá capitalizar o momento político favorável ao seu tema-Xingu no 42º Festival de Cannes (que abre quinta-feira) e ficar com a Palma de Ouro. O cinema nacional só conseguiu este prêmio em 1962 com o "O Pagador de Promessas", de Anselmo Duarte. Há quem diga até hoje que aquele também foi um prêmio político, de "descoberta" do cinema do terceiro mundo.

O oportunismo político do Festival de Cannes é notório. Reflete a necessidade do mercado cinematográfico sempre à cata dos filmes certos para os momentos certos. É isso que leva gente aos cinemas. Ele nem precisa ser um bom filme.

A política passou a agitar Cannes a partir de 1968, quando o festival foi interrompido em solidariedade às agitações estudantis em Paris. A retomada do festival em 1969 teve lances de grande oportunismo, polêmica e agitação. Mas impassível na sua condição de presidente do júri, o cineasta italiano Luchino Visconti trabalhou a Palma de Ouro para "If...", do inglês Lindsay Anderson, um filme com trejeitos homossexuais. "Easy Rider", de Dennis Hopper, e "Z", de Costa-Gavras, ficariam com frustrados prêmios de consolação. Mais ainda à margem da competição oficial, Cannes veria nada menos do que oito longas brasileiros na seleção da sua primeira Quinzena dos Realizadores. O Cinema Novo insuflava Cannes para a sua grande vocação de ditar a política cinematográfica internacional.

O reflexo foi logo sentido no ano seguinte: 10 mil participantes no festival de 1970, o mundo de olho numa vocação antiga mas renovada do cinema — a polêmica. "Investigação Sobre um Cidadão Acima de Qualquer Suspeita", do italiano Elio Petri, seria o prêmio especial do júri (depois Oscar de melhor filme estrangeiro). Melhor para o norte-americano "M.A.S.H." de Robert Altman, Palma de Ouro para uma sátira à guerra do Vietnã na raríssima oportunidade de se premiar uma comédia em festivais.

Em 1971 a censura era um problema institucional a ser combatido até no país do festival. Ótimo para mais agitações em Cannes, onde



Índios dançam durante as filmagens de "Kuarup" pelo cineasta Ruy Guerra; o filme está na mostra competitiva do 42º festival de Cannes, que começa quinta

cada filme tinha sabor de primeira e última exibição pública. Sob o temor de cortes posteriores da censura fora vistos naquele ano "Um Sopro no Coração", de Louis Malle, a tragicomédia gay "Trash", de Paul Morrissey, "Viva la Muerte", de Fernando Arrabal, e "Johnny Vai à Guerra", de Dalton Trumbo. A Palma de Ouro ficaria com Joseph Losey — vítima da intolerância macarthista como Trumbo — pelo filme "O Mensageiro", um colírio para os olhos mas ainda "alienado" da agitação que se passava à sua volta.

O próprio Losey vai à forra no ano seguinte na qualidade de presidente do júri. A equação dos filmes políticos com a política cinematográfica parece encontrar solução com a sua mediação. A Palma de Ouro sai dividida para dois filmes italianos de barricada: "A Classe Operária Vai ao Paraíso", de Elio Petri, e "O Caso Mattei", de Francesco Rosi.

A escalada do escândalo não encontra paralelos como no ano de 1973. O italiano Marco Ferreri mostra "A Comilança". O sueco Ingmar Bergman dilacera o sexo feminino com "Gritos e Sussurros". A Palma de Ouro decepciona ao sair para "O Espantalho" do norte-americano

Jerry Schatzberg.

Nos dois anos seguintes a Palma de Ouro fica com filmes políticos sem vocação popular. O festival oficial, acuado pelas seleções cada vez mais vibrantes da Quinzena dos Realizadores, quer agora, além de ditar regras políticas, também fazer história. O prêmio de 1974 vai para "A Conversação" de Francis Ford Coppola, uma reação contra a paranóia dos telefones grampeados cuja escalada era muito mais assustadora no Brasil daqueles tempos. Em 1975 o prêmio é do filme argelino "Crônica dos Anos de Brasa" de Lakhdar Hamina. A Argélia estava a um passo de uma nova ruptura diplomática com a França e em guerra com o Marrocos. Foi uma brincadeira de mau-gosto endossada pela atriz Jeanne Moreau na presidência do júri.

Consertar tal equívoco custou aos inflamados da contestação nada menos que cinco anos de quarentena quando só a qualidade dos filmes imperou. Palma de Ouro para: "Taxi Driver", de Martin Scorsese (EUA), em 76; "Pai Patrão", dos irmãos Paolo e Vittorio Taviani (Itália), em 77; "A Árvore dos Tamancos", de Ermanno Olmi (Itália), em 78; "O Tambor", de Volker

Schloendorff (Alemanha Ocidental), em 79; "Kagemusha", de Akira Kurosawa (Japão), e "All That Jazz", de Bob Fosse (EUA), em 80.

A recaída ao oportunismo político voltou em 81 com o filme menos "cinematográfico" já premiado em Cannes, "O Homem de Ferro", de Andrzej Wajda (Polônia), pura simpatia ao movimento pelo sindicato livre Solidariedade.

As sangrentas repressões no Chile e na Turquia deram margem para mais Palmas de Ouro políticas no ano seguinte: "Desaparecido", de Costa-Gavras (EUA), e "Yol", de Yilmaz Guney. Os prêmios irritaram poderosos segmentos da indústria do cinema norte-americano que insinuaram que filmes premiados em Cannes eram sinônimos de fracassos comerciais.

Os destaques de Cannes nos anos seguintes, por melhores que fossem, com maior ou menor força confirmam esta maldosa insinuação. "A Balada de Narayana", de Shohei Imamura (Japão, 83), "Paris, Texas", de Wim Wenders (Alemanha Ocidental, 84), "Quando Papai Saiu em Viagem de Negócios", de Emir Kusturica (Iugoslávia, 85), "A Missão", de Roland Joffé (Grã-Breta-

nha, 86), e "Sob o Sol de Satã", de Maurice Pialat (França, 87).

Hollywood e Cannes parecem reconciliados nos mesmos interesses do ano passado para cá: Palma de Ouro e Oscar para o mesmo filme dinamarquês, "Pelle, o Conquistador" de Bille August. Europa e Estados Unidos olham com os mesmos olhos aflitos à devastação amazônica. Oportunismo comercial e político concentram-se sobre esta temática na atual disputa pelo tema cinematográfico do mártir Chico Mendes. Não há filme certo para momento mais certo como "Kuarup".

As únicas perturbações que o filme de Ruy Guerra poderá sofrer no rumo da sua premiação em Cannes é o vigor dos cineastas pós-modernos que este ano concorrem em Cannes com os novos filmes de Jim Jarmusch, "Tuesday Night in Memphis", e Percy Adlon, "Rosalie Goes Shopping", contando com a simpatia extra de Wim Wenders na presidência do Júri. Afinal, os pós-modernos são notórios pela visualização mais implacável sobre os estragos que a industrialização provoca nos próprios países ricos. Os mesmos países que oficializam agora a vocação ecológica para os 90.

## Nome vem de rito fúnebre dos índios

Da Redação

Quarup é uma cerimônia fúnebre praticada por grupos indígenas do Brasil central quando o chefe da tribo morre. O nome é dado ao mourão — estaca fincada ao solo — que os índios pintam e enfeitam à semelhança do morto. Durante uma noite inteira, a tribo cujo chefe morreu dança, canta e luta com a presença de outras tribos convidadas. O objetivo do ritual é ajudar o pajé — o feiticeiro da tribo — a dar vida ao mourão, o que significa ressuscitar o chefe morto.

Só com o nascer do sol esse objetivo é alcançado e o milagre se realiza. De acordo com a lenda, o sol aquece o Quarup que abriga a "alma" ou a "vida" do chefe morto, libertando-a. Finalizando o ritual, o Quarup — já destituído de "vida" — é levado ao rio e abandonado à correnteza.

## Mensagem política dá força à obra

Da Redação

Muito da força do romance "Quarup", de Antônio Callado, reside em sua mensagem política, na opinião da professora de teoria literária da USP Ligia Chiapini, 43. "Callado é quase um jornalista. Ele tem uma visão moderna do índio, que não é romântica, mas trágica", disse ela. Chiapini lembra ainda que essa abordagem política e crítica não tem como único objeto o índio, mas também a Igreja.

Embora o romance tenha sido escrito em 1967, e representado uma arma de intervenção política naquela época, ele é, na opinião de Chiapini, extremamente atual. Ela também considera "Quarup" um romance decisivo para a apreciação das criações posteriores do escritor. "O romance é uma matriz do resto da produção de Callado", afirma a professora.